

“Fora Rede Globo”: a representação televisiva das “Jornadas de Junho” em conexões intermídia

“Rede Globo Out”: The television representation of “June Journey” in intermedia connections

Geane Carvalho Alzamora

Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Pesquisadora do Centro de Convergência de Novas Mídias (CNPq/UFMG).

E-mail: geanealzamora@ufmg.br.

Tacyana Karinna Arce Rodríguez

Doutoranda em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela UFMG. Professora do curso de Jornalismo do UniBH.

E-mail: tacyarce@gmail.com.

RECEBIDO EM: 31/03/2014

ACEITO EM: 02/06/2014

DOSSIÊ

RESUMO

A representação televisiva das Jornadas de Junho, especificamente os posicionamentos opinativos do Jornal Nacional da TV Globo, destacou-se pela defesa de ideais como isenção, correção e agilidade da informação, os quais marcaram a constituição do jornalismo como quarto poder no âmbito da lógica comunicacional de transmissão. A circulação intermídia desses posicionamentos demonstrou, porém, que tais princípios são agora alvo de desconiança. Na interface porosa entre ruas e conexões de mídias sociais, a sociedade midiaticizada sob a égide da lógica da convergência exerceu uma espécie de quinto poder, ao vigiar e denunciar a instabilidade dos juízos de valor que permearam os posicionamentos do JN. Com base no conceito foucaultiano de dispositivo, discute-se aqui como o dispositivo televisivo constituiu uma linha de força no dispositivo #protestobr, cujas linhas de fissura paradoxalmente tensionaram e referendaram a visibilidade midiática do JN como instância de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivo; Televisão; Jornadas de Junho.

ABSTRACT

The TV representation of the demonstrations of June/2013 in Brazil, particularly the positioning of the Jornal Nacional (JN) from Rede Globo, was remarkable by the upholding of ideals like impartiality, correction, and agility of the information, which marked the constitution of journalism as a fourth power under transmissive communicational logic. The intermedia circulation of these opinions has shown, however, that such principles are now a target for enquiries. In the porous interface between streets and social media connections, a mediaticized society, under the perspective of convergence, exercised a sort of fifth power, by surveilling and displaying the instability of the value judgment that permeated the position of JN. Based on the foucaultian concept of dispositif, one discusses herein how a television dispositif constitutes a power line of the dispositif #protestobr, whose breaking lines paradoxically both tension and endorse the media visibility of JN as a powerful entity.

KEYWORDS: Dispositif; Television; Demonstrations of June/2013 in Brazil.

Em junho de 2013, o Brasil foi tomado por manifestações sociais que se alastraram pelas ruas do país, inicialmente convocadas pelo Movimento Passe Livre¹ contra o aumento das passagens urbanas na cidade de São Paulo. O repúdio à ação truculenta da polícia paulistana, cujos registros feitos por manifestantes alcançaram larga difusão em conexões de mídias sociais, é considerado um dos motivos que fizeram milhares de pessoas irem às ruas em todo o país. Mas a insatisfação social com saúde, educação e mobilidade urbana, somada às críticas à realização da Copa das Confederações que acontecia no país e à indignação social com a corrupção no Estado, constituíram as principais reivindicações² expressas em improvisados cartazes que circularam pelas ruas e por conexões de mídias sociais durante as chamadas Jornadas de Junho³.

Os eventos criados no **Facebook** foram essenciais no planejamento coletivo das ações nas ruas, assim como as **hashtags** do **Twitter** cumpriram papel importante na articulação das demandas coletivas. Não se pode dizer, porém, que as mídias sociais determinaram as ações nas ruas, nem que as manifestações nas ruas definiram as ações coletivas em mídias sociais. Trata-se de um fenômeno tipicamente contemporâneo, baseado na midiaticização⁴ crescente da sociedade e marcado pela interseção porosa entre ruas e conexões de mídias sociais.

Esse contexto sociocomunicacional delinea não apenas os protestos brasileiros de junho de 2013 como também diversos outros protestos que se espalharam pelo mundo desde, pelo menos, a chamada Primavera Árabe. Em todos eles, nota-se a predominância do compartilhamento de registros feitos por manifestantes em conexões de mídias sociais e uma espécie de insatisfação generalizada e diferida com o atual contexto social, político e econômico em cada país (Zizek, 2013).

No caso do Brasil, mais que um conjunto de queixas isoladas, as reivindicações expressas nos cartazes e nas **hashtags** do **Twitter** revelaram clara desconfiança em relação às instâncias representativas da sociedade, como partidos políticos e corporações de mídias. São inúmeros os registros de cenas nas quais os manifestantes expulsavam das ruas aqueles que carregavam bandeiras de partidos políticos⁵ ou jornalistas da mídia tradicional, em especial da televisão.⁶

Defende-se, aqui, que essa desconfiança refere-se à emergência global de uma perspectiva política fundada no ideal da horizontalidade, que recusa tanto a verticalidade das instâncias representativas dos partidos políticos quanto da imprensa. O

¹ O Movimento Passe Livre se posicionou em favor da tarifa zero no transporte urbano e se manteve distante das bandeiras partidárias. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/passe-livre-quem-e-e-para-onde-vai-o-movimento-que-deflagrou-uma-onda-inedita-de-protestos-no-pais>. Acesso: 23. Nov. 2013.

² Pesquisa Ibope realizada em 20 de junho de 2013, para o programa televisivo Fantástico, ouviu 2002 manifestantes em sete estados do país, encontrando 40 diferentes motivos para estar nos protestos. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso: 15. Jul. 2013.

³ A expressão se popularizou no Brasil em referência às manifestações sociais que se espalharam pelas ruas do país em junho de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,passeata-dos-cem-mil-caras-pintadas-e-movimento-passe-livre-debatem-jornadas-de-junho,1107798,0.htm>. Acesso: 20. Dez. 2013.

⁴ A midiaticização implica em virtualização das interações sociais, na medida em que a mídia permeia, de modo cada vez mais imperativo, as rotinas de variadas instituições sociais, tais como família, política, trabalho e religião. Sobre o assunto ver Hjarvard (2012).

⁵ É o caso, por exemplo, de manifestantes queimando bandeiras do Partido dos Trabalhadores durante protesto na Avenida Paulista, em São Paulo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qDQeKJ1cxjs>. Acesso: 20. Dez. 2013.

⁶ Também em São Paulo, manifestantes impediram o repórter da Rede Globo, Caco Barcellos, de cobrir as manifestações. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pErfURP3unA>. Acesso: 20. Dez. 2013.

que está em evidência, conforme se argumenta aqui, é a passagem do predomínio da cultura de massa (Morin, 1972), fundada na lógica comunicacional de transmissão, para a cultura da convergência (Jenkins, 2008), fundada na lógica comunicacional do compartilhamento.

O DISPOSITIVO #protestobr

As manifestações brasileiras de junho de 2013 chegaram a ocorrer, simultaneamente, em mais de 100 cidades, com público estimado em cerca de 1,4 milhão de manifestantes no dia mais intenso (20/6/2013)⁷, sem que fosse possível identificar causas ou lideranças centrais. As variadas reivindicações se enredavam umas às outras como linhas de um dispositivo, o qual pode ser caracterizado como “(...) uma meada, um conjunto multilinear composto por linhas de diferentes naturezas” (Deleuze, 1996, p. 01).

O dispositivo #protestobr⁸, aqui relacionado às Jornadas de Junho, se configurou em conexões *on* e *off line*, não sendo redutíveis a quaisquer dessas instâncias. Curvas de visibilidade e de enunciação, delineadas no embate entre linhas de força ou de sedimentação e de fuga ou de fissura, se evidenciaram no compartilhamento de registros produzidos por jornalistas e por manifestantes. É o caso do vídeo⁹ que revelou um policial do Batalhão de Choque paulista danificando a própria viatura numa tentativa de incriminar os manifestantes e justificar o excesso de violência policial. Essa imagem, e logo um grande número de similares, acabou sendo apropriada pela imprensa tradicional, em processo de convergência¹⁰ (Jenkins, 2008) que integra, nas conexões de mídias digitais, produtos oriundos da lógica de transmissão, típica das mídias de massa, e da lógica de compartilhamento, típica das mídias sociais. A convergência abriga situações de divergência (Jenkins, 2001), conforme destacou a ombudsman da *Folha de S. Paulo*:

Não dá mais para cobrir os protestos à moda antiga, contando apenas com o que os seus repórteres viram, a versão da polícia e as imagens das grandes emissoras. Além do Ninja (sigla de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), há centenas de filmagens feitas por manifestantes, que mostram a mesma cena em ‘n’ versões. (Papa, P2 e os ninjas, 28/07/2013).¹¹

As linhas de fissura no dispositivo #protestobr, que concorrem para a transformação do dispositivo, atravessaram mídias sociais como *Twitter* e *Facebook* em curvas de visibilidade e de enunciação que favoreciam a conformação transnacional e transversal dos protestos (Brito; Oliveira, 2013). Por outro lado, concorreram para fortalecer essas corporações de mídia nos processos contemporâneos de comunicação. A situação evidencia que, no contexto contemporâneo da midiaticização, não há como fugir da mediação totalizante das corporações de mídia, sejam elas provenientes da lógica de

⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso: 15. Jul. 2013.

⁸ A hashtag #protestobr foi recorrentemente usada em sites de redes sociais e em cartazes espalhados pelas ruas do país em referência às manifestações sociais em Junho de 2013.

⁹ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kxPNQDFcR0U>. Acesso: 13. Set. 2013.

¹⁰ Diz respeito ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes tecnológicos de comunicação, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos. Sobre o assunto, ver Jenkins (2008).

¹¹ A autora se refere à experiência da #Pós-TV, canal por streaming que é o braço audiovisual do coletivo Ninja e sustentou ao vivo imagens dos confrontos, utilizando um kit formado por smartphone, notebook com acesso à internet e potentes baterias. As imagens ininterruptas, ainda que de baixa qualidade, atraíram a atenção dos internautas, e o canal chegou a ter 200 mil visualizações, o equivalente a 1 ponto do Ibope.

transmissão ou da lógica de compartilhamento. De certo modo, essa situação remete à crítica de Agamben (2005, p. 15) aos dispositivos midiáticos, os quais, segundo ele, “(...) não agem mais tanto pela produção de um sujeito, quanto pelos processos que podemos chamar de dessubjetivação”. Agamben (2005) exemplifica sua crítica com o telefone celular, o qual desempenhou função estratégica de registro e compartilhamento em rede no dispositivo **#protestobr**.

Aquele que se deixa capturar no dispositivo “telefone celular”, qualquer que seja a intensidade do desejo que o impulsionou, não adquire, para isso, uma nova subjetividade, mas somente um número através do qual pode ser eventualmente controlado (Agamben, 2005, p. 15).

O uso das mídias sociais, por meio de registro, compartilhamento e mediação dos eventos nas ruas, tensionou linhas de força relacionadas à representação vertical da imprensa, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Em vez da causa unificada de partidos políticos e de movimentos sociais, a diversidade de reivindicações mediadas coletivamente por **hashtags** do **Twitter** e por eventos do **Facebook**. Em vez da voz unificada do repórter como mediador dos eventos nas ruas, a polifonia das ruas registrada e compartilhada em rede pelos próprios manifestantes.

O DISPOSITIVO TELEVISIVO

De acordo com Foucault (1979), cada sociedade tem seu regime de verdade, fundado em técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, assim como o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. “Por verdade deve-se entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (Foucault, 1979, p 14). O discurso da verdade, diz Foucault (1979), é produzido e transmitido sob controle, não exclusivo, mas dominante de grandes aparelhos políticos e econômicos, sendo objeto de debate político e confronto social.

Compreendemos o dispositivo televisivo, em seu viés jornalístico, como uma linha de força que atravessa o dispositivo **#protestobr** na qualidade de um dispositivo que produz discursos pretensamente verdadeiros e, desse modo, se expressa politicamente. De acordo com Agamben (2005), o dispositivo é um composto heterogêneo de dispositivos, em constante tensão. O confronto social surge do desequilíbrio entre linhas de força e de fissura que constituem os jogos de poder no dispositivo **#protestobr**, por meio daquilo que é visível e dito, ou seja, de suas curvas de visibilidade e de enunciação.

Para Rancière (2009, p. 17), a política se ocupa “(...) do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualificação para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”. Essa perspectiva enfatiza a relevância política da visibilidade midiática, que hoje é exacerbada. Na visão de Rancière (2009), a política, que é sempre polêmica, repousa menos no enunciado comum e representativo do grupo que nas ações isoladas, coletivas, heterogêneas e até contraditórias de um agrupamento circunstancial e efêmero. Essa perspectiva remete à noção de política defendida por Latour (2002) em artigo no qual ele discute a crise da representação na sociedade contemporânea. Para Latour (2002), a crise não tem nada a ver com a repentina perda de qualidade dos políticos, mas à incompreensão acerca da política na contemporaneidade, que estaria, segundo ele, relacionada ao caráter

banal, cotidiano e frouxo dos agregados sociais.

O ideal da horizontalidade que permeia agregações sociais circunstanciais e efêmeras, como aquelas que permearam o dispositivo #protestobr, difere, em larga escala, do ideal de representatividade que alçou a imprensa ao posto de quarto poder no âmbito da cultura de massa. Ramonet (2011) argumenta que a imprensa tem perdido, gradativamente, sua capacidade de exercer o contra poder que a caracterizou no século 20 como quarto poder – aquele que vigiava, em nome dos cidadãos, os poderes executivo, legislativo e judiciário. O autor menciona a criação de um quinto poder, relacionado a blogs e sites de redes sociais, cuja função seria denunciar o superpoder de alguns grandes grupos midiáticos que, em algumas circunstâncias, agem contra os cidadãos.

Essa parece ter sido a tônica da hostilidade às corporações de mídia, como a Rede Globo, durante as Jornadas de Junho. Aos brados de “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” e “Fora Rede Globo”, os manifestantes expulsaram repórteres da TV Globo e de outras emissoras das ruas. A Rede Globo, como dispositivo sociopolítico e comunicacional, não era uma força externa ao dispositivo #protestobr, pelo contrário, constituía uma linha de força bastante relevante nesse dispositivo, a tal ponto que fazia emergir inúmeras linhas de fissura que buscavam tensioná-la. Tal resistência constituiu curvas de visibilidade e de enunciação que, paradoxalmente, concorreram para ressaltar a força da emissora no dispositivo #protestobr, na forma discursiva de cartazes, brados nas ruas, hashtags e conversações em mídias sociais. De acordo com Foucault (1979, p. 8), o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é que ele pesa não apenas como uma força que reprime, mas também como uma força produtiva, que forma saber e gera discursos.

A circulação intermídia dos enunciados produzidos pela Rede Globo relacionados às Jornadas de Junho produziu sentidos alheios às transmissões da TV Globo, os quais evidenciaram a fragilidade da emissora em lidar com os eventos que se sucediam, cotidianamente, nas ruas do país. O que parece estar em jogo é a redefinição do estatuto da verdade nos jogos de poder que caracterizam o embate entre linhas de força, aqui relacionadas ao dispositivo televisivo, e as linhas de fuga, aqui relacionadas às mídias sociais.

Carlón (2012) chama atenção para o fato de que a contemplação televisiva, fundada, segundo ele, em dispositivo que exalta os regimes da transmissão direta, é uma prática ativa e mobilizadora. No âmbito da cultura da convergência, essa prática se traduz em colagens, compartilhamentos e comentários que circulam intermediariamente. À temporalidade efêmera e programada da contemplação televisiva, soma-se a temporalidade diferida e difusa dos bancos de dados (Weissberg, 2004), a qual recontextualiza e ressignifica os discursos oriundos do dispositivo televisivo em conexões de mídias digitais.

De acordo com Jost (2010), as ideias de programação, sintaxe audiovisual e emissora como marca constituem aspectos delineadores da televisão. Já Marcondes Filho (2002) chama atenção para o modo como a padronização dos telejornais, relacionada a aspectos como lógica da velocidade, preferência pelo “ao vivo”, substituição da verdade pela emoção e expurgo da reflexão, revela a lógica da televisão. Alguns desses aspectos, tradicionalmente observáveis no dispositivo televisivo, foram parcialmente fragilizados no âmbito do jogo de poder que caracterizou o dispositivo #protestobr, como se verá a seguir.

O POSICIONAMENTO DO JORNAL NACIONAL

No ar desde 1969, o Jornal Nacional, da TV Globo, é o telejornal mais visto na televisão brasileira¹². Entre os princípios editoriais das Organizações Globo, divulgados em dezembro de 2011 no Jornal Nacional, destacam-se os valores de isenção, correção e agilidade da informação. A emissora se posiciona como independente, apartidária e laica¹³. Esses valores enfatizam o comprometimento da emissora com a ideia de uma imprensa apta a desempenhar o papel de quarto poder na sociedade. Mas foram justamente esses valores, assim como a ideia mais ampla de imprensa como quarto poder, que pareceram estar à deriva durante as Jornadas de Junho.

Aparentemente, nem o Jornal Nacional, nem qualquer outro órgão de imprensa, compreenderam de imediato o que significavam as manifestações sociais que se iniciaram na Avenida Paulista, em São Paulo. O reconhecimento tardio da relevância da situação levou a Rede Globo a interromper a transmissão de duas novelas em horário nobre e a não exibir os telejornais regionais para que o Jornal Nacional entrasse no ar, sem edição, desde as 16h, em 20 de Junho de 2013. A ideia de programação, pilar do dispositivo televisivo, foi abolida. Nesse dia, a Rede Globo não transmitiu o jogo entre Espanha e Taiti pela Copa das Confederações e o editor geral, William Bonner, justificou a ausência de edição, às 19h50, horário de abertura do telejornal, com as seguintes palavras: “Não faz sentido exibir uma edição do Jornal Nacional, já que os fatos estão sucedendo ao sabor do momento”¹⁴.

Assim como o restante da imprensa, porém de forma mais ostensiva, a TV Globo teve seu posicionamento vigiado em registros e compartilhamentos dispersos em conexões de mídias sociais. São emblemáticos, desse contexto, o posicionamento dúbio do cineasta e comentarista do Jornal Nacional, Arnaldo Jabor, e o editorial lido pela apresentadora e editora-executiva do Jornal Nacional, Patrícia Poeta, durante as Jornadas de Junho. Ambos foram duramente criticados nas conexões de mídias sociais e, em um movimento típico da cultura da convergência, foram apropriados, editados, comentados e ressignificados em outros contextos midiáticos.

Em 12 de junho, quando as manifestações sociais no Brasil ainda se restringiam às imediações da Avenida Paulista, em São Paulo, o cineasta e comentarista do Jornal Nacional¹⁵, Arnaldo Jabor, fez duras críticas aos manifestantes. Segundo ele, tratava-se de “grande ignorância política, burrice misturada com rancor”, praticada por “baderneiros” que tinham “ódio pela cidade”. Três dias depois, Jabor reconheceu, tanto em seu comentário televisivo quanto radiofônico, que havia errado. Os jovens, antes baderneiros, estariam nos dando “uma importante lição de democracia” e sendo responsáveis por um “momento histórico lindo e novo”.

A mudança de opinião de Jabor recebeu atenção da mídia internacional. O programa *Bajadas de Linea*, da televisão argentina (Canal 9), chamou de “la hipocrisia de los médios” a mudança de opinião de Jabor. Essa edição do programa argentino, que con-

¹² Segundo pesquisa da empresa Meta Pesquisa de Opinião, encomendada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), em junho de 2010, a Rede Globo é a emissora preferida dos entrevistados (69,8%), e o Jornal Nacional é o telejornal mais assistido nos lares brasileiros, com 56,4% da preferência. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/06/rede-globo-e-emissora-preferida-aponta-pesquisa-encomendada-pelo-governo-federal.html>. Acesso: 14. Fev. 2014.

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html#secao-3..> Acesso: 14. Fev. 2014.

¹⁴ Disponível em: <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/20/globo-interrompe-transmissao-de-novelas-e-jn-nao-tera-edicao-para-acompanhar-protestos.htm>. Acesso: 14. Fev. 2014.

¹⁵ Arnaldo Jabor também é comentarista em outros programas das Organizações Globo, como o telejornal Jornal da Globo e o radiojornal Jornal da CBN.

trastava as opiniões dissonantes de Jabor sobre o mesmo acontecimento, foi postada no YouTube sob a denominação “Rede Globo vira piada internacional”.¹⁶

Conforme Rennó, Gonçalves e Miguel (2013), a edição da fala de Jabor feita pelo programa argentino *Bajadas de Linea* demonstra a “desgovernabilidade” dos processos midiáticos hoje, assim como o papel de protagonismo assumido pelos “novos cidadãos”, sintonizados em conexões de mídias sociais. Tal protagonismo dos cidadãos evidencia, em nossa opinião, a alteração no jogo do poder midiático deflagrado pelo dispositivo #protestobr, relacionado à dificuldade de a imprensa exercer o quarto poder diante do quinto poder que emerge da sociedade midiaticizada.

Situação semelhante se observa no episódio do editorial de 22 segundos lido por Patrícia Poeta em 17 de junho, motivado pelas manifestações do dia 17 de junho em São Paulo e Rio de Janeiro, o que levou a apresentadora do Jornal Nacional, Patrícia Poeta, a ocupar os *Trending Topics do Twitter*¹⁷ naquele dia. Com gestos comedidos, a apresentadora atestou:

A TV Globo vem fazendo reportagens sobre as manifestações desde o seu início sem nada a esconder: os excessos da polícia, as reivindicações do Movimento Passe Livre, o caráter pacífico dos protestos e, quando houve, depredações e destruição de ônibus. É nossa obrigação, e dela nós não nos afastaremos. O direito de protestar e de se manifestar pacificamente é um direito dos cidadãos.

A leitura do editorial havia sido precedida da participação de um repórter de São Paulo que, ao vivo, cobria as manifestações daquele novo dia de protestos. Como nos demais, o foco da reportagem era o trânsito da região central da cidade, completamente paralisado em função das passeatas. Mas havia um diferencial naquele dia: parte dos manifestantes havia decidido protestar em frente à sede da TV Globo contra aquilo que consideravam ser uma cobertura criminilizadora das manifestações, que dava ênfase ao vandalismo e aos distúrbios ao trânsito.

Não passou despercebido aos internautas – como destaca o *@gregorypavan*: **Patrícia Poeta confirmando no JN que manifestantes na Ponte Estaiada protestam contra a Globo. Rs** – que o texto do repórter que acompanhava a manifestação não tivesse sido completamente honesto em relação ao destino dos manifestantes (a TV Globo, e não “uma avenida próxima à TV Globo”) e sobre a finalidade da manifestação.¹⁸

É possível perceber, no breve editorial da jornalista Patrícia Poeta, uma defesa dos procedimentos canônicos do jornalismo¹. A primeira frase do editorial, “A TV Globo vem fazendo reportagens sobre as manifestações desde o seu início sem nada a esconder”, reafirma a promessa de o jornalismo refletir no espelho midiático tudo o que nele é captado. De acordo com Carlón (2012), o dispositivo televisivo busca operar como um espelho da realidade em suas transmissões diretas, funcionando sem hiato temporal,

¹⁶ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=cv1OXg9u9wU>. Acesso: 14. Fev. 2014.

¹⁷ Disponível em: <http://en.trending-topic.com/countries/Brazil/topics/topic-Patr%C3%ADcia+Poeta/>. Acesso: 14. Fev. 2014.

¹⁸ A convocação para uma marcha até a sede da TV Globo foi orquestrada pelas mídias sociais, a partir do uso de hashtags como #opovonãoóboaboabaixoaredeglobo e #globomente. O objetivo era ocupar a Ponte Estaiada, cujas imagens em movimento ao vivo servem de cenário de fundo para a bancada do Jornal Nacional, bem no momento de veiculação do telejornal. O texto do repórter, entretanto, dá a entender que se tratou de uma coincidência ocasional: “Um outro grupo que saiu do Largo da Batata por volta das cinco horas da tarde percorreu a Faria Lima. E nesse caminho – eles seguiram até a avenida Luís Carlos Perrini, que fica muito perto da TV Globo – e nesse caminho foram gritando palavras de ordem contra a TV Globo”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CgBW8IMPAok>. Acesso: 14. Fev. 2014.

em tomada direta. “Antes de tudo, ver em tempo real os movimentos de um real que está fora de nosso alcance, em outro espaço” (Carlón, 2012, p.520).

Mas qual é o “todo” das manifestações? Patrícia Poeta enumera os enquadramentos possíveis: “os excessos da polícia, as reivindicações do Movimento Passe Livre, o caráter pacífico dos protestos e, quando houve, depredações e destruição de ônibus”. A linguagem corporal – a contagem nos dedos à medida que se enumeram os eventos cobertos – reforça a ideia de que há um número limitado de facetas e uma consequente delimitação jornalística dos eventos. Observa-se, porém, que cada dispositivo, conforme Deleuze (1996, p. 02), tem seu regime de luz, “(...) distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objeto que sem ele não existe”. São, portanto, os regimes de visibilidade e de enunciação do Jornal Nacional que delimitam os eventos das Jornadas de Junho que traz à público em suas transmissões, não o inverso.

Em que se funda essa premissa jornalística de que os eventos do mundo podem ser esquadrinháveis, reduzidos a partes que compõem um todo? Repetidas vezes, Latour (2006; 2012; 2013) toma as páginas de um jornal como metáfora do pensamento moderno, que se ordena pela quimera da “purificação”. Faz parte da constituição moderna, segundo ele, acreditar que é possível estabelecer cisões para estudar e compreender a vida coletiva. Entretanto, essa promessa moderna não consegue se efetivar, daí a provocação “jamais fomos modernos”, título de uma publicação do autor (Latour, 1994). Sob o olhar de Latour (1994), jamais fomos modernos porque nunca, efetivamente, demos conta de purificar vivências e explicações. Sendo o jornalismo “um filho legítimo da modernidade” (Marcondes Filho, 2002), busca purificar vivências e explicações.

Mas é justamente isso que parece ser contestado nos fragmentos que o dispositivo #protestobr tece pelas brechas e fissuras das linhas de força que buscam ordená-lo em explicações sintéticas. Os cartazes e hashtags das Jornadas de Junho gritam “não é só por 20 centavos”, mas o jornalismo se orienta por informações precisas (“quem”, “quando”, “como”, “onde” e “por que”) e o editorial do Jornal Nacional, lido por Patrícia Poeta, assegura: é pelo passe livre, de forma pacífica, por gente de bem, sob a proteção do poder coercitivo ordeiro. O que fugir disso é inversão (excessos da polícia), falha (depredações). A reafirmação dessa premissa é enfatizada na abertura da reportagem sobre as manifestações daquele dia no Rio de Janeiro, que se segue à leitura do editorial. Novamente, a máquina de fazer ver e de fazer falar (Deleuze, 1996) vai buscar ocultar a batalha das linhas de força e de fissura no dispositivo #protestobr:

E no Rio de Janeiro, uma multidão tomou a Avenida Rio Branco, uma das principais do centro da cidade. Durante três horas, a manifestação foi pacífica e reuniu, segundo especialistas, 100 mil pessoas. No fim do protesto, um pequeno grupo agiu com violência e atacou a Assembleia Legislativa do Estado.

Com esse ordenamento, a emissora participa da instauração do acontecimento proposto, dá visibilidade pela enunciação e, dessa forma, recorta e enquadra o acontecimento conforme sua perspectiva editorial. Mas o acontecimento, na visão de Foucault (1979), se comporta como uma rede continuamente expansível, constituindo um campo problemático ao olhar analítico. “O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros” (Foucault, 1979, p. 05).

O aposto “quando houve”, no editorial de Patrícia Poeta, bem como a expressão “No fim do protesto”, na reportagem que se segue, reafirmam a promessa de que o jornalismo deve ser bem proporcionado, dando o devido peso aos fatos e às suas consequências. Observa-se, ainda, que a última frase do editorial, “O direito de protestar e se manifestar pacificamente é um direito dos cidadãos”, associada à expressão “um pequeno grupo agiu com violência”, dão o tom do recorte jornalístico do acontecimento retratado e de seu enquadramento editorial: protestos legítimos são protestos pacíficos.

Mas quem dá ao jornalismo a prerrogativa de apontar o certo e o errado nas manifestações? O jornalismo watchdog, personificado pelo quarto poder, é reafirmado no editorial lido por Patrícia Poeta: “é nossa obrigação, e dela nós não nos afastaremos”. As curvas de visibilidade e de enunciação delineadas pela convergência entre conteúdos midiáticos produzidos verticalmente pela imprensa e horizontalmente pelos manifestantes, entretanto, questionam o quarto poder: @leodasneves **Patrícia Poeta: “A Globo desde o início mostrou tudo não escondemos nada.” Melhor piada do ano.**

O QUE HÁ DE NOVO?

Em 15 de março de 1994, o apresentador do Jornal Nacional, Cid Moreira, leu diante das câmeras do JN, por quase três minutos, texto escrito pelo então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Tratava-se de direito de resposta concedido pela Justiça a Brizola contra editorial do jornal O Globo, no qual Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, o chamava de “senil”. Cid Moreira estava à frente da bancada do Jornal Nacional havia 27 anos, e a hostilidade da emissora com o então governador era conhecida de todos. O mais inusitado da situação é que da boca de Cid Moreira, emoldurada por seus cabelos brancos, saíram palavras como:

Todos sabem que eu, Leonel Brizola, só posso ocupar espaço na Globo quando amparado pela Justiça. Aqui, citam o meu nome para ser intrigado, desmerecido e achincalhado perante o povo brasileiro. Ontem, neste mesmo Jornal Nacional, a pretexto de citar o editorial de O Globo, fui acusado na minha honra e, pior, chamado de senil. Tenho 70 anos, 16 a menos que o meu difamador, Roberto Marinho. Se é esse o conceito que ele tem sobre os homens de cabelos brancos, que use para si. Não reconheço na Globo autoridade em matéria de liberdade de imprensa e, basta para isso, olhar a sua longa e cordial convivência com os regimes autoritários e com a ditadura que por 20 anos dominou o nosso país.¹⁹

Esse episódio repercute ainda hoje em conexões de mídias sociais, quando se trata de buscar em plataformas de bancos de dados, como Google, a história do Jornal Nacional ou de Leonel Brizola. Em um processo de temporalidade diferida (Weissberg, 2004), no qual os registros feitos na internet podem ser recuperados a qualquer tempo, embora pareçam se suceder instantaneamente, o episódio do direito de resposta de Leonel Brizola no Jornal Nacional, em 1994, retorna à cena midiática com a mesma rapidez que a mudança de opinião de Arnaldo Jabor, em junho de 2013. O contexto midiático contemporâneo, que é regido pela lógica de convergência, desafia a temporalidade das edições jornalísticas típicas da lógica de transmissão, como é o caso do Jornal Nacional.

A diferença entre os dois episódios é que o direito de resposta de Leonel Brizola enfatiza o poder do jornalismo, em especial do Jornal Nacional e das Organizações Globo, como

¹⁹ Disponível em: <http://webmanario.com/2009/08/22/o-direito-de-resposta-mais-celebre-da-historia-do-jornalismo-nacional/>. Acesso: 14. Fev. 2014.

linha de força nos dispositivos midiáticos regidos pela lógica de transmissão. É ilustrativo disso a primeira frase de seu discurso: “Todo sabem que eu, Leonel Brizola, só posso ocupar espaço na Globo quando amparado pela Justiça”. Evidenciava-se, aí, não apenas o poder da Globo – quarto poder – quanto da Justiça – um dos três poderes, junto com Executivo e Legislativo.

Já no episódio da mudança de opinião de Arnaldo Jabor, flagrada em edições que circulam nas conexões de mídias sociais em convergência com o programa *Bajadas de Linea* da televisão argentina, o que está em cheque é a capacidade de o Jornal Nacional exercer seu papel de vigilância dos cidadãos, o quarto poder. Isso fica evidente, por exemplo, no título do vídeo postado no YouTube: “Rede Globo vira piada internacional”. Nesse caso, assim como no editorial lido pela jornalista Patrícia Poeta no Jornal Nacional, evidencia-se a instabilidade da imprensa tradicional, que ainda opera sob a lógica de transmissão, de atuar em contextos regidos pela lógica da convergência, como o são as Jornadas de Junho.

Mesmo que retornando à cena midiática em curvas de visibilidade e de enunciação flagradas pelas plataformas de busca de informações em bancos de dados, a TV Globo e, especificamente, o Jornal Nacional, retornam ressignificados em outros contextos de sentidos, o que concorre para reverter a assimetria de poder nos dispositivos midiáticos contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões política e comunicacional do contexto contemporâneo de midiatização desafiam instâncias representativas da sociedade, tais como partidos políticos e imprensa. A polifonia das ruas, expressa em incontáveis cartazes empunhados pelos manifestantes, enfatizava a ausência de líderes, a insatisfação com serviços básicos e a recusa a partidos políticos e à imprensa, recorrentemente hostilizada durante os eventos das chamadas Jornadas de Junho.

Buscou-se abordar essa questão pelo viés da noção foucaultiana de dispositivo, que evidencia estrategicamente, no jogo de poder que caracteriza o dispositivo, linhas de força e de fissura, cujo embate configura curvas de visibilidade e de enunciação que dão a ver certos enfoques em detrimento de outros. Considerou-se, assim, que o dispositivo #protestobr opera segundo a lógica da convergência, que integra, em processo de tensionamento recíproco, a lógica de transmissão, que rege o dispositivo televisivo em seu viés jornalístico, aqui relacionado ao quarto poder, e a lógica de compartilhamento, que rege as mídias sociais, aqui relacionadas ao quinto poder.

Em processo de interseção convergente, que é sempre divergente (Jenkins, 2001), fragmentos dos posicionamentos opinativos do Jornal Nacional, da TV Globo, sobre as Jornadas de Junho eram, recorrentemente, ressignificados em conexões de mídias sociais. As ressignificações de fragmentos do Jornal Nacional durante as Jornadas de Junho em conexões de mídias sociais atestam a dificuldade dos dispositivos midiáticos oriundos da lógica de transmissão, do qual a televisão é expoente, em lidar com acontecimentos típicos da lógica de convergência, da qual as Jornadas de Junho são exemplo. Trata-se, em nossa opinião, de uma perspectiva política e comunicacional mais condizente com ações isoladas, coletivas, heterogêneas e, até mesmo, contraditórias, as quais se fortalecem nas conexões de mídias sociais e em seus modos de agregações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Outra Travessia, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro. **Territórios transversais.** In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARLÓN, Mário. **Do cinematógrafo ao televisivo – metatelevisão, linguagem e temporalidade.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

DELEUZE, Gilles. **¿Que és un dispositivo?** In: BALBIER, Etienne et al. Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (vols. 1 e 2).** São Paulo: Ed. 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HJARVARD, Stig. **Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural.** In: Matrizes. ANO 5 – n. 2 jan/jun.2012 – São Paulo (p 53-91).

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo: Editora Aleph, 2008.

_____. **Convergence? I diverge.** In Technology Review, Jun, 2001. Disponível em: http://phase1.nccr-trade.org/images/stories/jenkins_convergence_optional.pdf – Acesso: 15. mar. 2014.

JOST, François. **Comprender a televisão.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo – a saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editor, 2002.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. **E se falássemos um pouco de política?** In: Politix, n. 58, 2002, Hermes Science Publications, Paris, França. Tradução: Marcos Antônio Mattedi e Tamara Benakouche.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede.** Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **Investigación sobre los modos de existência.** Buenos Aires: Paidós, 2013.

MORIN, Edgar. **Cultura e Comunicação de Massa.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

RAMONET, Ignacio. **La explosión del periodismo – de los médios de masas a la massa de médios**. Madrid: Clave Intelectual, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível - estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RENNÓ, Denis; GONÇALVES, Elizabeth; MIGUEL, Katarini. **Narrativa transmídia, ativismo e os múltiplos discursos dos protestos brasileiros de 2013**. In: Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 123, 2013, online. <http://www.revistachasqui.com/index.php/chasqui/article/view/24/36>. Acesso: 22. Dez. 2013.

WEISSBERG, Jean-Louis. **Paradoxos da teleinformática**. In: PARENTE, André (org). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ZIZEK, Slavoj. **Problemas no paraíso**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.